

Emprego, frango e ventilador

Rogério L. Furquim Werneck*

Em meio ao caótico discurso econômico do governo, passou quase despercebida uma declaração do vice-presidente Michel Temer, feita no final de março, que explicita com clareza, ainda que de forma um tanto rudimentar, a premissa básica da aposta que deve pautar a atuação da presidente Dilma Rousseff nos próximos 18 meses. *“Uma coisa é a macroeconomia. Outra é a economia do cotidiano. PIB e pibinho não interessam ao povo. Ele quer saber de emprego e se vai poder comprar um frango e um ventilador.”* (O Globo, 27/3)

A aposta do Planalto é que, mesmo que a economia continue mostrando crescimento medíocre, o governo conseguirá prolongar, até outubro do ano que vem, a sensação de prosperidade que vem sustentando o bom desempenho da presidente nas pesquisas de opinião pública. Até há pouco tempo, o governo ainda alimentava a fantasia de que poderia ostentar taxas relativamente altas de crescimento do PIB na segunda metade do mandato. Agora, parece ter baixado o canhão. Já se contenta com pouco. O que se diz no Planalto é que, se 2013 fechar com crescimento do PIB de 3% e inflação de 6%, “pode mandar preparar a faixa”. (Valor, 9/4) Mas, por enquanto, nem mesmo esse desempenho tão modesto parece assegurado.

Salta aos olhos que a ideia da prosperidade sem crescimento não pode ir muito longe. Está fadada ao fracasso. É só uma questão de tempo. E quem ainda mantém um mínimo de lucidez dentro do governo sabe perfeitamente que 18 meses é muito tempo. Com tanta água para passar debaixo da ponte, muita coisa ainda pode dar errado.

No começo do ano, o plano de jogo do governo era acelerar a recuperação da economia a qualquer custo e, em paralelo, conter o agravamento do quadro inflacionário com medidas pontuais de desoneração, improvisadas a cada mês, no calor da refrega. Mas, com a inflação rompendo o teto da meta, a perda de credibilidade do Banco Central chegou a tal ponto que o Planalto se viu obrigado a dar sinal verde para novo ciclo de alta da taxa de juros.

Não obstante a timidez da coreografia de contração monetária que o Banco Central parece ter em mente, a elevação da taxa de juros tornou a recuperação ainda mais incerta do que já era. E, como a política fiscal continua em desvario expansionista, a incerteza advinda da incoerência da política macroeconômica vem dando lugar a ambiente cada vez menos propício ao florescimento do investimento. O alegado mau humor dos investidores com a economia é perfeitamente explicável.

O sinal verde para que o Banco Central comece a elevar a taxa de juros não significa em absoluto que o governo tenha abandonado a tentativa de mascarar a inflação no curto prazo, com medidas pontuais de desoneração que trarão agravamento do quadro inflacionário num prazo um pouco mais longo. O governo ainda não conseguiu entender que cortar tributos é uma medida expansionista. Por mais defensável que possa ser, acaba trazendo pressões sobre a inflação, em decorrência do estímulo à demanda que advém do aumento da renda disponível.

O curioso é que a própria presidente Dilma Rousseff, no pronunciamento à Nação feito em 8/3, descreveu com riqueza de detalhes o estímulo à demanda que a desoneração da cesta básica deflagraria. *“A partir de hoje todos os produtos da cesta básica estarão livres de pagamento de impostos federais. Espero que isso baixe os preços desses produtos e estimule a agricultura, a indústria e o comércio, trazendo mais empregos. Com essa decisão você, com a mesma renda que tem hoje, vai poder aumentar o consumo de alimentos e de produtos de limpeza e ainda ter uma sobra de dinheiro para poupar ou aumentar o consumo de outros bens.”*

É espantoso que, tendo lido exatamente isso na TV, a presidente não perceba que o alívio efêmero que as medidas de desoneração trouxerem à inflação logo dará lugar a um agravamento do quadro inflacionário. É bem possível que perceba. Mas tenha a esperança de que esses efeitos deletérios não se façam sentir com muita intensidade antes de outubro do ano que vem.

* Rogério L. Furquim Werneck, economista, doutor pela Universidade Harvard, é professor titular do Departamento de Economia da PUC-Rio.